

# **UMA GESTÃO EDUCACIONAL COM RESULTADOS DE EXCELÊNCIA: O CASO DO SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL (SCMB)**

**Gabriela Menezes de Souza  
Regina Tomás Blum de Oliveira**

## **RESUMO**

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla que busca analisar a gestão educacional com resultados de excelência praticada no Sistema Colégio Militar do Brasil – SCMB. Sabe-se que a Educação Básica no país tem passado por diversas transformações, assim, colocar o Brasil numa posição de destaque, no que se refere à qualidade em educação, requer dedicação à pesquisa. O SCMB revela-se como uma organização que se mantém atualizada e interfere positivamente no índice de desenvolvimento da educação básica no país. A proposta pedagógica do SCMB segue o que dita a instituição mantenedora, o Exército Brasileiro. A gestão do sistema é pautada no planejamento educacional. Observa-se que o planejamento é a base da proposta pedagógica das escolas que integram o sistema.

Palavras-chave: Sistema Colégio Militar do Brasil – SCMB. Planejamento educacional. Gestão educacional.

## **INTRODUÇÃO**

Diversas têm sido as transformações por que tem passado a Educação Básica no Brasil ao longo das últimas décadas. Era possível perceber, por algum tempo, que as ações de políticas públicas eram centradas apenas no ensino fundamental. A criação de programas de financiamento como o Fundo de Manutenção da Educação Básica – Fundeb mudou essa realidade e a educação básica passou a ser tratada de modo integral e atenta a questões que vão desde a educação infantil até o ensino médio.

As consequências dessas ações foram perceptíveis. O ensino fundamental conseguiu alcançar, nos últimos dez anos, uma cobertura de quase 100% das crianças e jovens na faixa etária de 7 a 14 anos; o ensino médio apresentou, entre 1996 e 2012, também, um crescimento acentuado no número de matrículas e o Índice de desenvolvimento da educação básica – Ideb tem revelado resultados prósperos. Além disso, é importante ressaltar que a presença de professores leigos está diminuindo graças à oferta de cursos de graduação a distância e programas de capacitação de docentes.

É um grande desafio colocar o Brasil numa posição de destaque, no que se refere

à qualidade em educação, e requer intensa dedicação à pesquisa.

Muitos fatores têm sido apontados como responsáveis por este quadro, falta de valorização dos docentes, escolas mal equipadas, carência de material didático e/ou recursos instrucionais entre outros, além da omissão ou da incapacidade das famílias em apoiar, nas atividades pedagógicas, suas crianças e jovens, fator este que merece um estudo à parte já que a família também faz parte da comunidade escolar e nela exerce papel importante (SOUZA, 2002, p. 12).

A educação de qualidade, para Mezomo (1994, p. 20), é um serviço a ser prestado à sociedade. De qualidade é o serviço dotado de propriedades as quais devem estar consoantes à missão definida pela organização educacional que o oferece; há que se considerar, inclusive, que tem qualidade a instituição comprometida com o pleno atendimento das necessidades de sua comunidade escolar.

Paro (2007, p. 34) vai além ao conceituar uma educação de qualidade e comenta que possui tal característica o sistema de ensino que visa à formação do aluno não só no que se refere à busca dos conhecimentos, mas sim que aponta para uma concepção integral do indivíduo.

Um projeto de educação realmente eficiente e de qualidade é a emergente necessidade do país. As políticas educacionais, portanto, não podem ser elaboradas de forma fragmentada. Devem ser políticas de Estado, que perdurem no tempo, tenham continuidade e não mudem a cada novo governo.

Neste contexto, o que se busca é um sistema nacional de educação que articule ações entre os ciclos, séries, níveis, etapas e modalidades de ensino, criando mecanismos democráticos de passagem de uns a outros, em regime de corresponsabilidades entre as instâncias educacionais e as esferas de governo.

São recentes e intensas as discussões especialmente sobre o Sistema Federal de Ensino do Brasil, em virtude da criação de diversas escolas técnicas no território nacional como ação prevista no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC resquícios do último governo, mas que tem continuidade na atual gestão do governo federal.

Num processo de interdependência que se tem intensificado nos últimos séculos (e que ora se tem chamado de globalização ou mundialização), é indispensável observar cuidadosamente os cenários internacionais que se desenham para o futuro, onde o Brasil se insere e, sobretudo, como se insere. Há que se considerar, pois, neste momento, modelos que de fato trarão contribuição e inovação no que se refere à questão da gestão

dos sistemas organizacionais de ensino. Conforme cita Cunha (2013, p. 61):

A diversidade do país precisa ser contabilizada quando se fala em qualidade da Educação. Não é possível garantir a mesma qualidade para todos em situações de acentuadas assimetrias regionais. Porém o Estado tem o dever de prover meios e desenvolver todos os esforços para recuperar o tempo que foi perdido ao longo da história do País, uma história que precisa ser levada em consideração, sobretudo em relação à concepção federativa de poder.

Nesse sentido, considera-se que conhecer, de forma mais aprofundada, a gestão de um sistema de ensino de alto desempenho é o que pode garantir à educação do século XXI, no Brasil, uma distância menor entre a teoria e a prática, entre a verdade, a razão e a utopia de um país desenvolvido.

## ENSINO NO BRASIL – O SISTEMA FEDERAL

O sistema de educação brasileiro compreende três esferas complementares e interligadas, conforme os princípios expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, Lei nº 9396/96, bem como segundo o nível de governo que as administra. São eles o sistema de ensino federal, o estadual e o municipal. Para Libâneo (2006, p. 227):

O Brasil tem ou não um sistema de ensino? Quando se faz referência a um sistema de ensino, a tendência é considerá-lo o conjunto das escolas das redes; nesse caso, fala-se de sistema de ensino estadual, municipal e federal. Sistema, então, seria o conjunto de escolas sob a responsabilidade do município ou do estado, por exemplo. O significado de sistema extrapola, porém, o conjunto de escolas e o órgão administrador que as comanda.

Cabe, portanto, para cada uma das três modalidades, esclarecer quais são os órgãos gestores; o sistema federal de ensino, ao qual pertence a escola que se pretende pesquisar, tem como gestores o Ministério da Educação – MEC; as instituições escolares pertencentes à esfera do sistema estadual de ensino são administradas pelas Secretarias Estaduais de Educação – SEE e, por fim, as escolas municipais têm como órgãos gestores as Secretarias Municipais de Educação – SME. Esses sistemas, por sua vez, atendem às determinações normativas, devidamente homologadas pelo titular do ministério ou secretaria, respectivamente, do Conselho Nacional de Educação – CNE, Conselhos Estaduais de Educação – CEE e Conselhos Municipais de Educação – CME, quando constituídos. Vale destacar que as normas emanadas do CNE são válidas para todo o sistema educacional.

O sistema federal de ensino brasileiro é administrado e mantido pela União, compreendendo instituições de ensino médio, técnico e de nível superior. É de responsabilidade da União organizar o sistema federal de ensino; financiar as instituições públicas federais; garantir, com qualidade, oportunidades educacionais e assistências técnicas e financeiras aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios (BRASIL, 1996, p. 101).

Então, são de responsabilidade da União e mantidas pela mesma as seguintes instituições: universidades federais; instituições isoladas de ensino superior; os Centros Federais de Educação e Tecnologia – CEFET; escolas agrotécnicas; escolas de ensino fundamental e médio vinculadas às universidades, os chamados colégios de aplicação; o Colégio Pedro II e instituições de educação especial.

As escolas de ensino militar de níveis básico e superior, representadas pelos Colégios Militares – CM, escolas espalhadas por todo Brasil, compondo o SCMB, também relacionam-se como pertencentes ao sistema federal de ensino, mesmo que regidas por leis próprias e específicas. Tais instituições oferecem os ensinos fundamental e médio.

Já as escolas preparatórias de cadetes e oficiais militares do exército, da marinha e da aeronáutica, respectivamente, Escola Preparatória de Cadetes do Exército – ESPECEX, Colégio Naval e Escola Preparatória de Cadetes do Ar – EPCAR oferecem ensino médio de caráter específico e semi-profissionalizante.

Importante citar, também, as academias militares que, em nível equivalente a cursos de graduação superior, formam o quadro de oficiais das Forças Armadas de nosso país. São elas: a Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, formando oficiais militares do Exército; a Escola Naval, capacitando oficiais militares da Marinha, e a Academia da Força Aérea – AFA cuja função é, especialmente, a formação de oficiais militares aviadores, mas, como nas outras duas academias militares, forma também oficiais intendentess.

## O SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL – SCMB

Este estudo se propõe a apresentar o Sistema Colégio Militar do Brasil – SCMB, um sistema educacional com resultados de excelência nas principais avaliações

nacionais. O referido sistema, embora apresente um perfil de gestão nos modelos militares, revela-se como uma organização que se mantém atualizada e interfere positivamente no Ideb.

De ensino básico, o SCMB é um sistema único, cuja gestão se concentra sob o controle de oficiais militares do Exército Brasileiro. É um dos subsistemas de ensino do Exército e tem a seu cargo ministrar a educação básica, nos níveis fundamental (6º a 9º ano) e médio, portanto, é responsável pela gestão e bom funcionamento de todos os Colégios Militares do Brasil.

É um sistema subordinado à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial – DEPA que, por sua vez, está subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército – DECEX, órgão responsável pela condução do ensino no âmbito do Exército Brasileiro.

Com um efetivo de aproximadamente 14.400 alunos, os CM espalhados pelo país contam 12 instituições nas cidades e estados a seguir: Belo Horizonte/MG, Porto Alegre/RS, Santa Maria/RS, Salvador/BA, Recife/PE, Juiz de Fora/MG, Campo Grande/MT, Curitiba/PR, Manaus/AM, Rio de Janeiro/RJ, Fortaleza/CE e Brasília/DF.

As práticas didático-pedagógicas em vigor nos CM subordinam-se às normas e prescrições do sistema de ensino do Exército e, ao mesmo tempo, obedecem também à LDBN, principal referência que estabelece os princípios e finalidades da educação nacional, conforme se lê em seu art. 83: “o ensino militar é regulamentado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.”

Todos os estabelecimentos de ensino do país, ainda de acordo com a LDBN, devem possuir uma proposta pedagógica própria, verdadeira síntese dos objetivos e da orientação que imprimem à ação educacional. Entre outras características, a proposta pedagógica dos CM prioriza princípios e práticas de um ensino moderno e atual, embora tenha como base valores considerados por muitos como tradicionais:

Os Colégios têm como meta levar seus alunos à descoberta das próprias potencialidades, à auto-realização, à qualificação para o trabalho e prepará-los para a vida como cidadãos, educados conforme os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro. (CMB, 2014).

Destinado, inicialmente, à formação de jovens rapazes, dependentes de militares, gradualmente as instituições foram abrindo vagas aos filhos de civis da comunidade que ingressariam no colégio, a partir da 5ª série do ensino fundamental, por meio de

concurso público. Em 1989, o SCMB permitiu o ingresso de meninas em seu quadro de alunos.

Todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento e ao funcionamento dos CM têm base em dois documentos importantes, o Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército – R-126 e o Regulamento dos Colégios Militares – R-69, no entanto, embora o sistema procure uniformizar o funcionamento de todas as suas unidades, cada unidade demonstra “variações no tratamento dado a aspectos como disciplina, trabalho pedagógico, avaliação, e autonomia docente” (SOUZA, 2002).

Constantemente, os alunos que compõem o SCMB apresentam resultados de excelência em avaliações como na Prova Brasil, do Sistema de Avaliação do Ensino Básico - SAEB, no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e em exames vestibulares nas mais concorridas instituições públicas ou particulares do país.

Além disso, como consequência da globalização que leva a juventude atual a romper as mais diversas barreiras na última década, um grande número de alunos do sistema têm sido aceito nas mais importantes e conceituadas universidades americanas, como Harvard, Columbia, Yale, Princeton, dentre outras.

Consideram-se, ainda, os concursos promovidos pelo governo federal, como, por exemplo, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP, a Olimpíada Nacional em História do Brasil, a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica, a Olimpíada de Robótica, ou concursos culturais, como a Olimpíada de Língua Portuguesa e o “Desafio National Geographic”, os quais revelam muitos talentos e destaques oriundos desses CM.

Cumprindo, mais uma vez com a LDBN, o sistema também atua na Educação a Distância – EAD. Segundo a lei, consta em seu art. 80: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” e, no §3º:

As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, destaca-se, portanto, o Colégio Militar de Manaus – CMM, um dos 12 estabelecimentos de ensino do SCMB que, em 2002, teve a sua estrutura acrescida da Seção de Ensino a Distância – SEAD, cujo objetivo é atender aos filhos e dependentes de militares que estejam servindo em áreas de fronteira do Comando Militar da Amazônia ou no Exterior.

A SEAD/CMM, em 2006, também passou a atender à comunidade civil dos Pelotões Especiais de Fronteira, fruto de uma parceria estabelecida com o MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e Secretaria de Estado de Educação do Amazonas – SEDUC/AM.

Porém, há que se considerar que as instituições de educação que formam o SCMB são de caráter assistencial e muito pouco de seu efetivo é formado por alunos aprovados em exame de seleção pública. A grande maioria do corpo discente é formada por filhos de militares, suboficiais e oficiais do exército e das forças armadas que servem na ativa, portanto, é um efetivo heterogêneo, complexo e dotado de significantes desafios.

No que se refere ao quadro docente que compõe o sistema em estudo, nota-se que, além de um efetivo razoável de professores aprovados em concurso público, servidores civis do governo federal, há um crescente número de professores militares, oficiais e suboficiais, egressos de instituições de formação do Exército Brasileiro como a Escola de Sargentos das Armas – ESA, a Escola Superior de Administração do Exército – ESAEX, professores oficiais de carreira formados na AMAN e professores do quadro de oficiais temporários do exército, denominados Oficiais Técnicos Temporários – OTT.

É relevante citar que o quadro gestor do SCMB é composto por oficiais de alta patente militar, os quais acompanham as atividades de ensino realizadas pelos CM.

## A GESTÃO E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Dentre os fatores que têm uma influência marcante no desempenho da escola, segundo os autores revisados, está a gestão pedagógica e administrativa, que deve contar para o bom exercício de suas funções com o apoio de toda comunidade escolar. Conforme Lück (2000), a institucionalização da democracia e, simultaneamente, o

aprimoramento da eficiência e da qualidade da educação pública tem sido uma força poderosa a estimular o processo de mudanças na forma de gerir escolas no Brasil.

O movimento pela democratização da gestão das escolas públicas, no entanto, é relativamente recente, data da década de 1980, e tem ainda enfrentado diversas resistências por parte de alguns integrantes das comunidades escolares, conforme afirma Bastos (2001, p. 9):

(...) a gestão da educação e da escola pública é um dos itens dessa política educacional, e um dos mecanismos em torno do qual há uma acirrada disputa entre os que trabalham na escola, e aqueles que ocupam cargos nas várias instâncias de poder: município, estado e união. Para a sociedade, e para trabalhadores em educação, a democracia da e na escola é o único caminho para reconstruir a escola pública de qualidade. Os dirigentes políticos não negam teoricamente esse caminho, mas na prática, apresentam um projeto de gestão de acordo com a agenda neoliberal, inviabilizando a reconstrução de uma escola pública de qualidade para todos.

Em virtude de valores culturais, tais resistências ainda acontecem. Algumas comunidades escolares não conseguem sentir-se como sujeito importante desse processo contínuo que é o da educação. Ainda é comum a ideia de que o processo de construção do conhecimento é um elemento restrito às salas de aula e às escolas.

Dessa forma, parece conveniente ressaltar a importância de uma gestão escolar comprometida com o nível de aprendizagem dos educandos e a necessidade de gestores que tenham visão estratégica, habilidades de planejamento, habilidades de tomar decisões, de se comunicar eficazmente, de desenvolver a potencialidade dos membros de suas equipes, dentre várias outras. (LÜCK, 2000).

O gestor, além das questões administrativas, deve preocupar-se com os aspectos acadêmicos da dinâmica curricular da escola e daqueles desenvolvidos em sala de aula. Juntamente com o professor, esse profissional deve valorizar não apenas a construção do conhecimento científico e as ações pedagógicas utilizadas, mas, principalmente, o desenvolvimento do educando como sujeito do processo. Junte-se a isso o desenvolvimento de suas habilidades mentais com vistas à obtenção de sua autonomia acadêmica, de sua capacidade crítica e criativa para enfrentar as mudanças e transformações da sociedade.

Além disso, cabe ao gestor a sensibilidade para perceber as mudanças, questioná-las e reter o que nelas é bom e construtivo. Preparar-se, tornar-se competente para implementar aquilo que o novo exige. Conscientizar-se de que a escola não é uma

ilha, mas está inserida na sociedade, e deve ter uma prática adequada, baseada em pressupostos coerentes. Não apenas formar seus alunos para uma futura inserção ativa na sociedade, mas já viver o momento, a prática, o dia-a-dia da sociedade e do trabalho. Tudo isso só é possível em um contexto de liberdade, confiança, parceria e educação contínua. (SANTOS, 2002).

A rotina da equipe de gestores, educadores e até mesmo dos alunos, na escola, envolve o planejamento. É a partir dele que a vida escolar e o currículo acontecem. Certamente, o planejamento é flexível, como se ouve tanto falar, entretanto, flexibilidade não é sinônimo de desorganização, e claramente se percebe que uma instituição de ensino que adere firmemente ao planejamento previamente estabelecido, alcança resultados de sucesso.

Pode-se notar, no SCMB, o quanto os resultados de sucesso alcançados pela instituição estão associados a um planejamento bem elaborado. Além disso, a execução do planejamento é fator determinante para que a gestão pedagógica seja eficiente.

Data do início do século XX a história do planejamento educacional, quando alguns países industrializados não-socialistas, depois da II Guerra Mundial, adotaram o planejamento educacional como solução para sua reconstrução econômica e social.

Foi por meio do planejamento educacional, segundo Parente (2003), que surgiram unidades dispostas a planejar nos ministérios e secretarias de Educação. O objetivo desses órgãos passa a ser, portanto, o desenvolvimento de alternativas para que a Educação em sentido mais amplo se realizasse.

Entretanto, no final da década de (19)60, o que se percebeu foi que a escola e seu planejamento educacional, da maneira como vinham atuando, já não conseguiam mais assegurar uma aprendizagem de qualidade em virtude de diversas transformações sociais.

Assim, num contexto de crise e de total falta de direção na escola, surgia o desafio de se desenvolver um planejamento educacional que oferecesse cenários alternativos para a melhoria da qualidade do ensino.

Percebeu-se, então, que aquele atual contexto de desigualdade social só se modificaria com a participação política dos trabalhadores; introduziu-se, então, a ideia do planejamento participativo. Conforme se lê em Zainko (2000, p. 135):

Foi então que se introduziu no País a idéia do planejamento participativo, portanto, apontando para a gestão participativa e democrática da educação,

como superação do modelo tecnocrático, reunindo educadores, representantes dos segmentos organizados da sociedade civil, para pensar como um todo em seus segmentos.

Segundo Zainko (2000), o planejamento participativo constitui um processo amplo e deliberado da construção do futuro de uma comunidade e dele devem participar o maior número de membros de todas as categorias que a constituem, propondo que o povo possa ter maior domínio sobre seu próprio destino.

Em nosso país, o fator que mais impulsionou o surgimento de um novo planejamento educacional em detrimento daquele tradicional, além da necessidade de transformação porque passava a sociedade, e da ineficiência do modelo de planejamento vigente, foi o retorno que o Brasil fazia à democracia e a assunção de presidentes civis – era preciso priorizar diversas necessidades pelas quais passava o povo; necessidades econômicas, sim, mas também sociais, e a Educação, dessa forma, passa a ser compreendida como primordial.

Por mais de uma década, o planejamento participativo permanece e diversos projetos de melhoria e democratização da Educação, no Brasil, são desenvolvidos neste período, desde a educação básica até o ensino superior.

A ênfase continua sendo a universalização da educação básica, há uma nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, pela primeira vez, uma possibilidade concreta de se pensar em uma proposta de formação do cidadão, com início na escola básica indo até a universidade, novas formas de planejamento são encaminhadas. (ZAINKO, 2000, p. 137).

Apesar de um positivo avanço, continua havendo a insatisfação de um grupo da comunidade acadêmica que considerava importante uma mudança de postura no que se referia ao modelo de planejamento vigente. Era preciso um plano de educação que conjugasse os aspectos técnicos e políticos à participação da comunidade. Implantou-se a ideia do planejamento estratégico na gestão educacional.

Segundo Parente (2003, p. 37),

a aplicação do planejamento estratégico no setor educacional se dá, inicialmente, no final dos anos (19)70 nas universidades americanas, como tentativa de introduzir mudanças organizacionais e gerenciais capazes de provocar melhorias.

O planejamento estratégico é considerado por Parente (2003, p. 37) como:

a melhor e mais apropriada abordagem para ajudar as instituições (de ensino superior) a enfrentarem os desafios atuais referentes à autonomia e auto-sustentação financeira, a diversificação de programas para atender às demandas socioeconômicas, a introdução de novas tecnologias, as necessidades de estratégias de longo prazo para a pesquisa em uma época de revolução

científica e tecnológica e a criação de uma imagem pública numa era de competição por fundos e estudantes.

Seguindo o modelo de outros países, no Brasil, o planejamento estratégico ocorreu, primeiramente, nas universidades e depois se estendeu à educação básica. Uma parceria entre MEC, os estados e o Banco Mundial possibilitou a intensificação da elaboração do programa Planejamento político-estratégico: 1995/1998, cujo objetivo era implantar planos estratégicos também nas Instituições Federais de Educação – IFET, Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação e Tecnologia – CEFET. Além disso, outros programas foram elaborados fundamentados numa visão estratégica como o Programa da Reforma da Educação Profissional – PROEP, o Programa Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDOESCOLA, o Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE.

O planejamento estratégico, para Lück (2000), adota uma forma de pensar ampla, dinâmica, interativa e comprometida socialmente com a realidade, o que corresponde a uma visão estratégica, isto é, a uma forma de apreensão inteligente e sagaz das situações que permeiam todos os diferentes aspectos e segmentos internos e externos de uma realidade. Para a pesquisadora, o planejamento estratégico é “o esforço disciplinado e consistente, destinado a produzir decisões fundamentais e ações que guiem a organização escolar, em seu modo de ser e fazer, orientado para resultados, com forte visão de futuro”. (LÜCK, 2000).

Cabe ressaltar, portanto, que cada um dos modelos de planejamento apresentados não deve ser analisado ou aplicado singularmente. O ato de planejar necessita de um enfoque adequado sobre o planejamento e, se isso ocorre, qualquer tipo de planejamento será eficaz.

Nesse sentido, a proposta pedagógica do SCMB segue o que dita a instituição mantenedora, o Exército Brasileiro, e está consubstanciada com o Plano Geral de Ensino – PGE o qual vai sofrendo, anualmente, as mudanças necessárias a partir das propostas surgidas nas várias situações escolares. Observa-se que o planejamento é a base da proposta pedagógica das escolas.

A periodicidade das discussões sobre o eixo norteador (concepções, prioridades, objetivos) do projeto pedagógico das escolas acontecem em reuniões e discussões, ao longo do ano, mas os encontros mais importantes e decisivos acontecem, anualmente, no mês de julho, na sede da DEPA, no Rio de Janeiro. Nesses encontros, em que se

reúnem todos os gestores e diretores de ensino dos CM do Brasil, juntamente com seus chefes da Divisão de Ensino – DE, são discutidas todas as questões referentes ao planejamento de ensino e ao currículo escolar, que posteriormente, em cada unidade, são totalmente cumpridos, mantendo, dessa forma, a unidade de todos os CM.

Também são relevantes para a qualidade do ensino as inspeções do órgão gestor do SCMB, a DEPA. As visitas de inspeção funcionam como uma espécie de avaliação institucional essencial para o sistema, pois é o momento em que cada profissional, que atua na instituição, tem seu trabalho reconhecido e valorizado.

Esse fator, além do planejamento, garante a qualidade na gestão e no ensino dos CM. Tal enfoque converge com a ideia sobre a importância da avaliação institucional que visa à consumação da qualidade da educação, do ensino, da aprendizagem e da própria gestão institucional, a fim de transformar a escola atual numa instituição comprometida com a transformação da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que a política educacional brasileira tem realizado, nos últimos anos, conquistas relevantes no que se refere à qualidade na educação, ainda que existam vários impasses de ordem não só política, mas também administrativa e social a serem ultrapassados para que o nosso sistema de educação básica torne-se verdadeiramente competente e apto a formar jovens preparados para as exigências do mundo pós moderno no qual vivemos hoje.

O SCMB revela-se como modelo de gestão educacional. É um sistema que busca realizar a educação de qualidade a que todo cidadão tem direito conforme a Constituição Brasileira, pois trabalha para que os resultados de excelência se realizem. Nesse sentido, é um modelo de gestão que merece atenção por parte de pesquisadores em gestão de instituições de ensino, já que pode configurar-se num modelo a ser seguido por outros sistemas de ensino.

Mesmo que atuando num contexto diferente e desafiador, o SCMB vem, ao longo dos tempos, alcançando rendimentos escolares eficazes e inúmeros resultados de alto desempenho. Além disso, os profissionais das unidades de CM que compõem o sistema em estudo, constantemente, realizam estudos e pesquisas a fim de estarem em

consonância com os novos e emergentes paradigmas que o atual contexto educacional impõe à sociedade.

Em virtude do que foi exposto, pode-se afirmar que o Sistema Colégio Militar do Brasil representa um ensino respeitado, que se destaca por meio dos resultados positivos que agregou, durante mais de um século, à educação brasileira. É uma organização que, além de atuar positivamente no Ideb no país, está constantemente buscando se modernizar e levar aos seus alunos a oportunidade de uma educação contextualizada e libertadora.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Art. 211 Emenda constitucional nº. 14 de 12 de setembro de 1996. <[http://www.ensino.eb.br/portaledu/fund\\_media.htm](http://www.ensino.eb.br/portaledu/fund_media.htm)>. Acesso em: 26 mai. 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBN. Lei nº 9396 de 20 de dezembro de 1996.

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

CMB. *Histórico do Colégio Militar de Brasília*.

<<http://www.cmb.ensino.eb.br/index.php/informacoes-uteis-sobre-o-cmb/historico-do-colegio-militar-de-brasilia>>. Acesso em: 24 mai. 2014.

CUNHA, Célio da. *Anuário Brasileiro da Educação*. São Paulo: Moderna, 2013.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSHIO, Mirza Seabra. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, Erisevelton S. *Gestor Escolar: Formação Específica Faz Diferença na Atuação? Um Estudo de Caso no D.F.* 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2004.

LÜCK, Heloisa. A aplicação do planejamento estratégico na escola. *Revista gestão em rede*. São Paulo, n. 19, p. 8-13, abr. 2000.

MEZOMO, João Catarin. *Gestão da qualidade na escola: princípios básicos*. São Paulo: JC Mezomo, 1994.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino*. São Paulo: Ática, 2007.

PARENTE, José Filho. *Planejamento estratégico na educação*. Brasília: Plano, 2003.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. *O Gestor Educacional de uma Escola em Mudança*. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SOUZA, Hélio José Rello. *Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ZAINKO, Maria Amélia. O Planejamento como Instrumento de Gestão Educacional: uma análise histórico-filosófica. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 125-140, fev./jun. 2000.